

ATA NÚMERO 19/XIII/1.ª SL

Aos 23 dias do mês de março de 2016, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;
2. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo GP/PCP para a audição do Ministro da Cultura, sobre a situação da Fundação Còa Parque;
3. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo GP/PCP para a realização de uma audição pública sobre o setor da comunicação social;
4. Apreciação e votação da proposta de programa da Conferência organizada pelo Grupo de Trabalho do Desporto sobre “Alto rendimento desportivo, projeto Olímpico e Paralímpico Rio 2016 e desafios para os próximos ciclos olímpicos”, agendada para 19 de abril de 2016;
5. Audição do Presidente da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP), por requerimento apresentado pelo GP/PS, na sequência de declarações proferidas sobre a conduta dos responsáveis pelas instituições estatais ligadas à Justiça (15h30);
6. Outros assuntos.

1. Informações;

- 1.1. A Senhora Presidente referiu-se à Petição n.º 63/XIII – solicita-se a *intervenção da Assembleia da República, no sentido de impedir que o Ateneu Comercial de Lisboa seja vendido* -, admitida na última reunião da Comissão como petição individual, para transmitir o seguinte:

Apesar de à Petição ter sido anexada uma listagem de 1691 subscritores, a mesma não incluía a indicação de documento de identificação, não cumprindo, desta forma, o disposto na Lei de Exercício do Direito de Petição. Alertada para o facto, a peticionária comunicou que faria chegar, posteriormente, uma listagem de assinaturas, com a respetiva identificação. Foi, entretanto, recebida na Comissão uma listagem de 6782 subscritores, com identificação, pelo que a audição dos peticionários deverá ser agendada em reunião da Comissão, para além de a Petição ser discutida em Plenário.

- 2.2. Comunicou que a audição do Senhor Eng.º António Lamas, por requerimento do PSD, foi agendada para o dia 30 de março (quarta-feira), após Plenário (cerca das 17h30).
- 2.3. Transmitiu ainda que deu entrada um pedido de audiência da Associação Ensino Livre, sobre o Projeto de Resolução 111/XIII/1 - *Proteção contra a censura digital*, tendo sido consensualizado que será agendada conjuntamente com as restantes entidades que solicitaram uma audiência neste âmbito e cuja data será fixada pela Senhora Deputada Gabriela Canavilhas.
- 2.4. A Senhora Presidente deu ainda conta da audiência que concedeu ao Senhor Presidente da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, no passado dia 17 de abril, e na qual surgiu a ideia de se realizar uma conferência ou uma audição pública sobre a TDT – Televisão Digital Terrestre, tendo em conta a especificidade da matéria e o interesse de a Assembleia da República recolher contributos das entidades deste setor.

Não se registou qualquer objeção em relação a esta proposta, tendo ficado consensualizado que o agendamento e a operacionalização da mesma seriam objeto de discussão posterior.

2. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo GP/PCP para a audição do Ministro da Cultura, sobre a situação da Fundação Côa Parque;

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) apresentou o requerimento.

Interveio, de seguida, a Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) que saudou o PCP pela proposta, afirmando que o PS partilha das preocupações expostas, quanto à necessidade de preservação do Museu e do Parque. Considerou que a situação resulta do abandono e da desorçamentação que se registou nos últimos quatro anos e manifestou interesse em conhecer o que está a ser pensado neste âmbito. Propôs, finalmente, a realização desta audição no dia 19 de abril, juntando esta à audição regular prevista com o Senhor Ministro da Cultura, acrescentando-se, para o efeito, uma ronda específica.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) disse nada ter a opor em relação à proposta apresentada, tendo em conta o calendário sobrecarregado da Comissão, e uma vez que se encontra acautelada uma ronda extra dedicada a este tema.

A Senhora Presidente da Comissão disse conhecer bem a situação em que se encontra o Parque e o Museu e que tudo fará para ajudar a encontrar uma boa solução.

Intervieram ainda os Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD), Jorge Campos (BE) e Teresa Caeiro (CDS-PP), que anunciaram o voto favorável e manifestaram o seu acordo em relação à metodologia proposta

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

3. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo GP/PCP para a realização de uma audição pública sobre o setor da comunicação social;

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) apresentou o requerimento.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) saudou a pertinência e a oportunidade da iniciativa e anunciou o voto favorável do PS.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) referiu-se à importância desta matéria para o BE, propondo que a audição incluía a discussão de outras questões, para além das indicadas no requerimento, como por exemplo as representações do mundo.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) disse não se opor à realização da audição, esperando que possa servir para minimizar os problemas com que se debate o setor. Lembrou ainda que o Plano de Atividades da Comissão prevê uma iniciativa sobre esta matéria, embora de âmbito mais restrito.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) lembrou que a audição que ora se propõe é mais abrangente do que a audição prevista no Plano de Atividades, sugerindo que os Grupos Parlamentares apresentem outros temas, para além das questões laborais, que entendam dever fazer parte dessa discussão.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. A data, o modelo e a forma de operacionalização da audição deverão ser objeto de reflexão posterior.

4. Apreciação e votação da proposta de programa da Conferência organizada pelo Grupo de Trabalho do Desporto sobre “Alto rendimento desportivo, projeto Olímpico e Paralímpico Rio 2016 e desafios para os próximos ciclos olímpicos”, agendada para 19 de abril de 2016;

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou a proposta de programa da Conferência.

Interveio, seguidamente, o Senhor Deputado António Cardoso (PS), que manifestou o seu acordo em relação ao mesmo, afirmando que resultou de um trabalho conjunto do Grupo de Trabalho.

Nesta sequência, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

5. Audição do Presidente da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP), por requerimento apresentado pelo GP/PS, na sequência de declarações proferidas sobre a conduta dos responsáveis pelas instituições estatais ligadas à Justiça;

O Senhor Deputado João Torres (PS) cumprimentou o Senhor Presidente da ADoP e a sua equipa, tendo efetuado, de seguida, uma breve síntese das questões que motivaram a apresentação do requerimento e colocado algumas questões.

O Senhor Presidente da ADoP agradeceu as preocupações expostas e também a oportunidade de poder esclarecer algumas questões que têm vindo a público nos últimos tempos.

Começou por transmitir que apresentou denúncia na Procuradoria-Geral da República relativamente às questões que motivaram o requerimento, encontrando-se o processo em segredo de justiça. Justificou o recurso à denúncia pública com a necessidade de perceber o grau de comprometimento entre quem pratica os atos ilícitos e as pessoas que reagiram a essas mesmas declarações.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), António Cardoso e Ivan Gonçalves (PS), Luís Monteiro (BE) e João Almeida (CDS-PP), que colocaram algumas questões.

Em resposta, após cada uma das intervenções, o Senhor Presidente da ADoP referiu, em síntese, o seguinte:

- A situação em que se encontra o Laboratório de Análises de Dopagem contraria o que determina a Agência Mundial Antidopagem. No entanto, a questão da independência não é nova e está a ser resolvida, existindo uma proposta de integração numa universidade;
- Não existe o risco de se perder a acreditação, mas apenas de a mesma ser suspensa;
- As análises à urina envolvem um investimento na ordem de 1 milhão de euros e um reforço ao nível dos recursos humanos;
- É urgente promover-se uma reflexão sobre as condições e a capacidade para mantermos um laboratório, sendo essa uma decisão de nível político. Não é fundamental que Portugal tenha um laboratório, mas é prestigiante para o nosso país;
- O Plano Nacional Antidopagem 2015 foi cumprido, tendo-se procedido à recolha de 606 passaportes biológicos;
- A prevenção é essencial, tendo a ADoP promovido várias ações de educação no combate ao doping, junto de atletas e com a participação dos jovens, ações estas que vão continuar.

Na segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Pimpão (PSD), João Torres e João Castro (PS) e João Almeida (CDS-PP).

O Senhor Presidente da ADoP respondeu em bloco ao conjunto das questões, tendo referido que é contra a partidarização da Administração Pública e reafirmado que não existe a possibilidade de o laboratório encerrar, mas apenas de ser suspenso, estando o Governo e a ADoP a fazer todos os esforços para que tal não aconteça.

Esclareceu ainda que, depois da entrevista que concedeu, foi chamado ao Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, a quem teve oportunidade de referir que as autoridades fiscalizadoras não estão dependentes de instruções da tutela.

Terminou, afirmando que não pactua com ilegalidades ou com irregularidades e que não se sente intimidado com nada nem com ninguém, recusando qualquer ingerência no trabalho da ADoP

A documentação da audição, que inclui a gravação vídeo, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

6. Outros assuntos.

6.1. O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) referiu-se à proposta apresentada, no início da reunião, para a organização de uma conferência ou audição pública sobre a TDT, lembrando que o BE tem procedido à audição de muitas entidades do setor e alertando para a necessidade de se acelerar este processo e de se encontrar uma solução urgente e séria para este problema.

6.2. A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) solicitou a inclusão, na Ordem do Dia, da apresentação e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP, para a audição (conjunta com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas) da Associação de Hotelaria de Portugal (AHP), na sequência da extinção da Estrutura de Missão da Estratégia Integrada de Belém.

Tendo havido consenso, a Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) apresentou o requerimento.

Interveio, nessa sequência, a Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS), que considerou a proposta extemporânea, entendendo que só depois da audição do Senhor Eng.º António Lamas se perceberá a dimensão do problema. Referiu, por outro lado, que a AHP não manifestou vontade de ser ouvida, não tendo solicitado qualquer audiência, e que não estava nada em marcha que tivesse sido interrompido, pelo que não se registaram prejuízos efetivos para o setor hoteleiro.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) considerou que, sendo ouvidos os protagonistas deste processo, não fazia sentido ouvir outras entidades. Sublinhou ainda que não se trata de desconsiderar o setor económico, entendendo antes que estas entidades são laterais a este processo.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) lembrou que, por regra, o PCP não inviabiliza a audição de entidades na Comissão. Considerou, no entanto, a proposta despropositada, entendendo que deveria ser apresentada na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, visto que o seu objeto não se integra nas competências da 12.ª Comissão.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) anunciou o voto favorável do PSD, destacando a importância de se conhecerem as circunstâncias que desencadearam a exoneração do Senhor Eng.º António Lamas e o interesse em ouvir esta entidade sobre a extinção da Missão.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) lembrou que não é obrigatório que as entidades requeiram uma audiência para poderem ser ouvidos na Comissão, referindo o caso do Eng.º António Lamas, que não pediu para ser ouvido. Afirmou que este setor não deve ser descurado, tendo o mesmo uma componente cultural, e que a audição seria conjunta com a Comissão de Economia, como se refere no requerimento.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS, BE e PCP e os votos a favor do PSD e CDS-PP.

A reunião foi gravada em suporte áudio e o respetivo registo, parte integrante da presente ata, está disponível para consulta na [página Internet](#).

A reunião foi encerrada às 17:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de março 2016

A PRESIDENTE

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Firmino Pereira
Gabriela Canavilhas
Helga Correia
Joana Barata Lopes
João Azevedo Castro
João Pinho de Almeida
João Torres
Jorge Campos
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Ivan Gonçalves
Joel Sá
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel
Sérgio Azevedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Pedro do Ó Ramos